

Municípios vão rolar R\$ 22 bilhões

Brasília — J. França

■ Congresso libera verbas na véspera do recesso e garante federalização de dívidas

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — O Congresso Nacional aprovou a liberação de R\$ 22,36 bilhões em créditos suplementares e extraordinários, numa sessão que terminou à meia-noite de terça-feira, dois dias antes do início do recesso parlamentar, com a presença de apenas duas dezenas de deputados e senadores, no plenário da Câmara. A maior parte dos recursos liberados será destinada à renegociação das dívidas de 1.883 municípios. As cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Guarulhos e Osasco serão as maiores beneficiadas com a federalização de suas dívidas.

“São esses os cinco municípios que têm as maiores dívidas. Mas, na prática, essa negociação beneficia o setor financeiro, que tem em mãos títulos dos municípios com baixo valor, conhecidos como ‘micados’, que agora vão passar para a União pelo valor de face”, explicou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

Os parlamentares aprovaram um crédito extra no valor de R\$ 88 milhões para o governo de Goiás, administrado pelo tucano Marconi Perillo. Esse crédito foi incluído irregularmente no projeto que destinou R\$ 42,6 milhões para a Usina de Candiota 3, no Rio Grande do Sul. “Foi feita uma concessãozinha para ampliar a mensagem do governo. O Congresso não podia criar despesas, mas foi uma questão de Justiça. Temos que reconhecer a pressão regional no jogo político”, reconheceu o vice-líder do governo no Congresso, deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ).

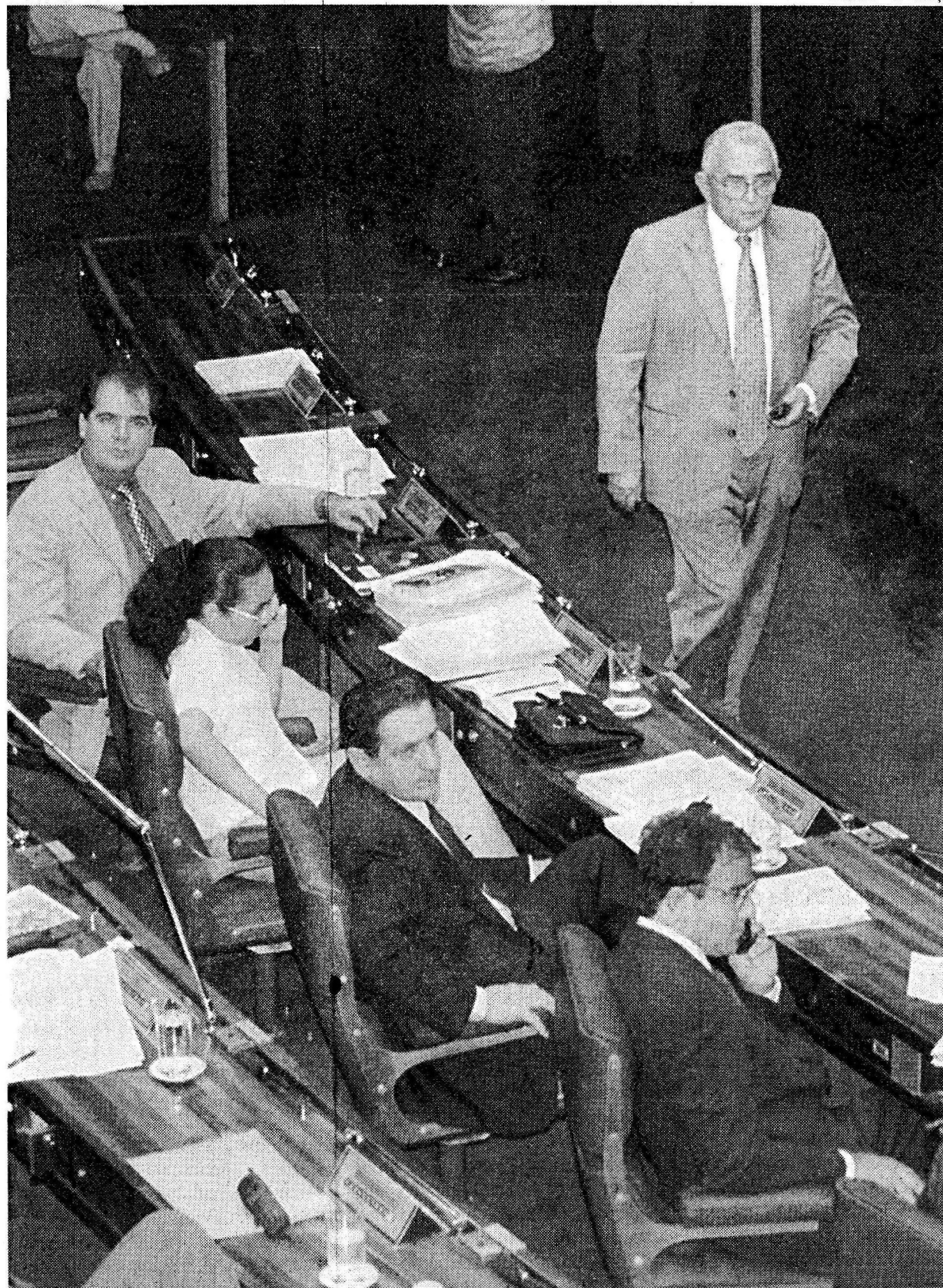
Ressarcimento — A Constituição de 1988 estabelece que a União tem que ressarcir os investimentos feitos por Goiás no território que hoje pertence ao Estado de Tocantins. E os R\$ 88 milhões liberados anteontem permitem a emissão de títulos da União para o governo de Goiás.

A irregularidade é que o governo deveria ter mandado a liberação desses recursos em projeto separado. Mas, anteontem, a deputada Lucia Vânia (PSDB-GO) apresentou emenda na Comissão de Orçamento incluindo os R\$ 88 milhões no mesmo projeto que destinou recursos extras para a Usina de Candiota 3. “Ou seja, aumentaram um crédito que era de R\$ 42 milhões para R\$ 130 milhões. A Constituição não permite que o Congresso amplie créditos suplementares”, disse o deputado Sérgio Miranda.

Veto — A decisão está agora nas mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem poder para vetar esses recursos para Goiás. “Mas não sei como o Executivo vai se comportar”, disse ontem o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Os deputados e senadores também autorizaram anteontem a liberação de recursos para duas obras que, de acordo com relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), têm indícios de irregularidades: o metrô de Belo Horizonte — trecho Calafate-Barreiro — e a BR-174, na divisa do Amazonas com Roraima. Para o metrô mineiro foram liberados R\$ 16 milhões e, para a estrada, R\$ 18,1 milhões.

Os recursos liberados anteontem à noite, na véspera do recesso parlamentar, correspondem a somente R\$ 6 bilhões a menos que as medidas de ajuste fiscal enviadas ao Congresso, no fim do ano passado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em novembro de 1999, logo após a crise econômica na Rússia, o governo encaminhou medidas de ajuste fiscal de cerca de R\$ 28 bilhões, como o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,20% para 0,38%, e a cobrança de contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas da União.



Senado voltou a tratar da renegociação dos títulos emitidos para o pagamento dos precatórios de São Paulo